

EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIA DOS SEM TERRINHA NA LUTA PELA TERRA

Elizabete Canci de Moura[1]

Círculo de Saber 03: Conhecimento, saberes e práticas educativas nos movimentos sociais e comunidades tradicionais

Resumo: Este artigo trata da educação e da resistência dos Sem Terrinha no contexto da luta pela terra organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como parte da luta pela reforma agrária no Brasil. Serão abordados o coletivo Sem Terrinha, utilizando como metodologia a pesquisa bibliográfica, com o objetivo de compreender o processo formativo das crianças Sem Terrinha no contexto da reforma agrária. Criado em 1984, o MST surgiu com o objetivo de lutar por reforma agrária e justiça social no campo. Ao transformar terras improdutivas em assentamentos produtivos, o MST promove a educação, da cultura e da cidadania, espaços dos quais destacamos sua relação com as crianças e jovens e com a escola. Assim, os Sem Terrinha nascem dentro desse processo histórico como expressão do compromisso do Movimento em garantir não apenas o direito à terra, mas também o acesso à escola do campo, entendida como um espaço de formação, resistência e construção coletiva. Nesse contexto, o coletivo Sem Terrinha reúne crianças dos assentamentos e acampamentos, promovendo ações educativas, culturais e de conscientização da importância da luta pela terra.

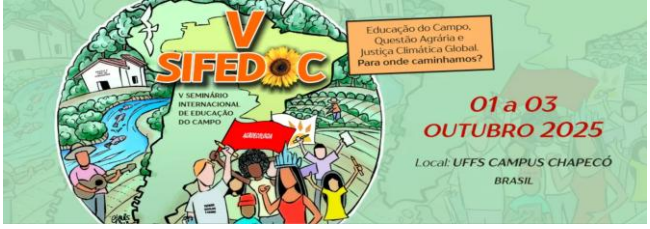
Palavras-chave: Sem Terrinha; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Educação.

Introdução

Este artigo trata da educação e da resistência dos Sem Terrinha no contexto da luta pela terra organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como parte da luta pela reforma agrária no Brasil. Pretendemos analisar a relevância dos Sem Terrinha no MST, na formação social e educativa de crianças que vivem em acampamentos e assentamentos.

Compreender como se dá o processo educativo e a resistência dos Sem Terrinha no contexto da luta pela terra é relevante para compreendermos o processo de construção da identidade de crianças que, desde a mais tenra idade, vivenciam a luta pela terra, pela dignidade e pela justiça social no contexto da reforma agrária

[1] Programa de Pós-graduação em Educação – UNIOESTE/Francisco Beltrão – PR (PPGEFB) Pedagoga. E-mail: elizabete.canci@gmail.com



brasileira. O envolvimento destas crianças nestes espaços, possibilita a construção de valores solidários e o desenvolvimento da consciência política desde os primeiros anos de vida.

Esta breve investigação pretende compreender como as crianças do MST se constituem como sujeitos históricos, críticos e atuantes na sociedade, buscando analisar de que forma a luta por direitos se torna também um processo educativo e como se constrói a identidade das crianças inseridas nesse coletivo, bem como os valores, saberes e práticas educativas desenvolvidas no contexto dos assentamentos e acampamentos.

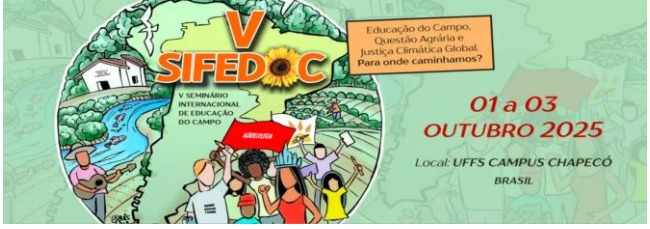
Metodologia

A metodologia adotada neste trabalho será a pesquisa bibliográfica, com o objetivo de reunir e analisar produções acadêmicas que abordem o processo formativo de ser um Sem Terrinha. Para isso, serão consultadas a biblioteca eletrônica de periódicos científicos SciELO, livros e produções científicas de autores que abordam a temática e o site oficial do MST. Realizar a busca nestas plataformas e produções de autores que debatem sobre a temática nos possibilita compreender a luta pela terra e a formação das crianças no contexto do MST.

Práticas formativas e resistência no cotidiano das crianças em acampamentos e Assentamentos de reforma agrária

No contexto da luta pela terra no Brasil, o cotidiano das crianças que vivem em acampamentos e assentamentos de reforma agrária revela uma complexa articulação entre formação humana e resistência social. Essas crianças são inseridas em espaços permeados por lutas coletivas, práticas educativas e vivências que extrapolam os limites da sala de aula tradicional. Enfrentam adversidades estruturais, constroem saberes, valores e identidades profundamente marcados pelo engajamento político e pelo pertencimento à terra.

Tratando-se do processo educativo dos seres humanos, podemos afirmar que “ninguém escapa da educação” (Brandão, 2007, p. 7). Todos estão envolvidos com a educação, seja no ambiente familiar, na igreja, na escola ou em outros grupos sociais com os quais se relacionam. Para Brandão (2007), não há um único modelo de



educação, nem uma única forma; além disso, o ambiente escolar não é o único lugar onde ela acontece. A educação "[...] é uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade" (Brandão, 2007, p. 10).

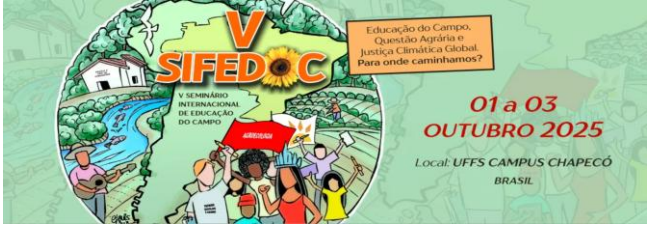
Nessa perspectiva é possível compreender o MST como um exemplo concreto de como a luta por direitos também se torna um espaço de formação dos sujeitos. Desde sua criação, em 1984, em um contexto de intensas lutas pela reforma agrária no Brasil, o MST se organizou a partir da união de famílias camponesas, tornando-se um dos maiores Movimentos Sociais Populares (MSP), da América Latina. O Movimento[2] articula a luta pela terra, pela produção de alimentos saudáveis, pela educação do campo e pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Caldart, 2012).

Reconhecendo a importância da educação como parte fundamental dessa luta, o MST passou a defender a construção de escolas nos assentamentos e acampamentos, garantindo que as crianças Sem Terra tivessem acesso ao conhecimento nos próprios locais onde vivem. Assim, surge também a compreensão de que as crianças Sem Terrinha, são sujeitos de direitos e participantes ativos na construção da luta coletiva por terra, educação e dignidade (Caldart, 2012).

Ao analisar a história da educação escolar dos acampamentos e assentamentos, podemos afirmar que "[...] a relação entre os Sem Terra e a escola é, ao mesmo tempo, geradora e produto do trabalho do MST nesse campo" Caldart (2012, p. 230). Assim, essa relação se constrói a partir da luta do Movimento para garantir o acesso à educação, mas também fortalece a própria organização e identidade dos trabalhadores Sem Terra, tornando-se um processo de formação mútua.

Segundo Tatsukawa et al. (2024), as crianças Sem Terrinha representam o futuro do Movimento, as próximas gerações que assumirão a frente da luta. Nesse sentido, a formação política que estas crianças recebem nos acampamentos e assentamentos proporcionarão aprendizagens sobre a reforma agrária popular e o valor da luta por sua conquista, fortalecendo a voz e a trajetória do povo Sem Terra.

[2] No decorrer do texto, sempre que a palavra Movimento aparecer com inicial maiúscula, estará se referindo ao MST.



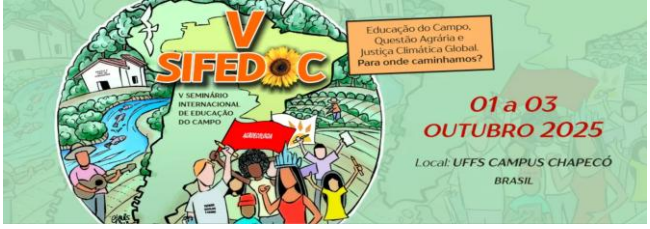
Essa vivência evidencia, cada vez mais, que esse povo não só existe, mas também (re)existe com dignidade, construindo sua identidade como pessoas e como futuros cidadãos. Assim “[...] organizam-se como uma frente unificada capaz de ir às ruas, construir a política que querem e acreditam, para com isso transformar os cenários de tirania em cenários de paz e democracia” (Tatsukawa et al., 2024, p. 3).

Essa formação está diretamente ligada à concepção de educação do MST, que por meio do Setor de Educação, buscou inspiração em educadores russos, como Pistrak, Makarenko, Krupskaya e Shulguin. Outra base importante é a Educação Popular, principalmente a partir das ideias do educador brasileiro Paulo Freire, que não só se dedicou à educação do povo, mas também elaborou a Pedagogia do Oprimido. Uma terceira fonte está na própria prática do Movimento, que possibilitou pensar a educação em meio a luta pela terra, considerando a necessidade coletiva de compreender a realidade e de ligar o processo educativo à luta social (Ramos; Aquino, 2019).

O Setor de Educação do MST tem como marco o ano de 1987, onde formalizou-se, no Primeiro Encontro Nacional de Professoras, em São Mateus, no Espírito Santo. Neste contexto a proposta de educação do Movimento vem sendo construída a partir da necessidade de se pensar, de forma coletiva e consciente, uma educação que se oponha às lógicas hegemônicas dominantes. Trata-se de uma concepção pedagógica enraizada nos princípios da educação popular e filosófica, comprometida com a realidade concreta dos sujeitos do campo e construída para atender às especificidades dos acampamentos e assentamentos da reforma agrária, reconhecendo neles espaços legítimos de produção de saberes e transformação social (Ramos; Aquino, 2019).

O MST foi constituindo uma concepção de que os sujeitos se educam por meio da luta pelos seus direitos, e dando-se conta da educação como uma questão importante, tal como a luta pela terra e outros direitos. Deste modo, também, passou a lutar para construir escolas, para que as crianças do povo Sem Terra pudessem ter acesso ao conhecimento no lugar onde viviam, ou seja, nos acampamentos e assentamentos.

Assim, é possível compreender que juntamente com a ocupação da terra o Movimento, também, passou a se preocupar com a conquista da educação e da



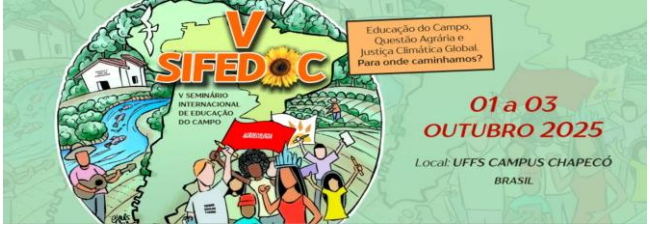
escola, para que as famílias tivessem a tranquilidade em saber que seus filhos teriam onde estudar. O objetivo do Movimento era construir uma escola que fosse "[...] um instrumento de continuidade da luta através das crianças [...]" (MST, 2005, p. 18) e que fosse "[...] prática, fornecendo conhecimentos capazes de influenciar no trabalho e na organização da nova vida" (MST, 2005, p. 18).

O Movimento "[...] movido pelas circunstâncias históricas que o produziram, foi tomando decisões políticas que, aos poucos, compuseram sua forma de luta e de organização coletiva [...]" (Kolling et al., 2012, p. 503). Uma dessas decisões foi a articulação e organização do trabalho com a Educação, elaborando uma proposta pedagógica específica para os acampamentos e assentamentos (Kolling et al., 2012).

Um dos princípios da elaboração da proposta pedagógica do MST "[...] é o de que nas escolas dos assentamentos toda a aprendizagem e todo o ensino devem partir da realidade" (MST, 2005, p. 51), assim, havia uma compreensão de que "tudo o que as crianças estudam precisa estar ligado com a sua vida prática e com suas necessidades concretas: suas, de seus pais, de sua comunidade" (MST, 2005, p. 51). Os conhecimentos que as crianças produzem na escola devem servir para que elas entendam melhor o mundo onde vivem e participem da solução dos problemas que este mundo apresenta (MST, 2005).

Esse processo, conforme Arroyo (2003), mostra que a classe trabalhadora se educa por meio dos MSP, na luta coletiva por seus direitos, construindo uma identidade coletiva que, na transcendência do individualismo tem um papel coletivo e educativo. A escola passa a ser exigida como um direito e vai deixando de ser vista como uma dádiva da política clientelística, vai se dando a reeducação da velha cultura política, mudando a autoimagem que os setores populares carregavam como clientes dos políticos e governantes e, nessa reeducação da cultura, os MSP possuem um papel pedagógico, diverso e persistente.

É fundamental ressaltar que o aprendizado dos direitos nasce justamente das lutas que garantem a base material da existência humana. Os MSP cumprem um papel educativo pela forma como reúnem e mobilizam pessoas em torno das lutas pela sobrevivência, pelo acesso à terra ou pela inserção nas cidades. Eles demonstram, tanto na prática quanto na teoria pedagógica, que a luta por condições dignas de vida é central no processo de formação humana. Recordam-nos o quanto



as condições básicas de sobrevivência são decisivas para que possamos nos constituir enquanto seres humanos (Arroyo, 2003). Assim, “a luta pela vida educa por ser o direito mais radical da condição humana” (Arroyo, 2003, p. 32).

Nessa perspectiva, os MSP organizam coletivos que batalham por garantir as condições mínimas de produção da vida popular. É nesse processo que as pessoas se reconhecem e aprendem a se afirmar como sujeitos de direitos (Arroyo, 2003).

Ao focarmos nas crianças Sem Terrinha podemos destacar que as mesmas estão presentes nas ocupações de terra, nas marchas, nas manifestações em locais públicos e nas ações internas do Movimento, assim, junto de suas famílias, elas fazem parte do MST e vão formando sua identidade como Sem Terra (Vieira; Côco, 2024). As crianças Sem Terrinha “[...] não estão à parte da sociedade [...]” (Vieira; Côco, 2024, p. 4), mas “[...] vivem as contradições sociais diuturnamente e aprendem, desde cedo, a lutar por seus direitos [...]” (Vieira; Côco, 2024, p. 4).

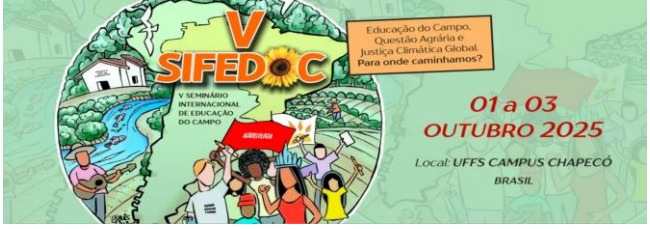
Como exemplo de luta podemos destacar os Encontros dos Sem Terrinha que geralmente acontecem no mês das crianças. Estes encontros além de serem festivos, também são espaços de reivindicações por “[...] direitos das crianças à terra, à alimentação, à educação, ao lazer, à saúde, a espaços apropriados em suas comunidades, como a escola [...]” (Vieira; Côco, 2024, p. 4).

Em diversos estados do país, realizam-se encontros dos Sem Terrinha, que representam momentos importantes de articulação, formação e fortalecimento da organização entre as crianças acampadas e assentadas. Contudo, destacamos como o principal evento o I Encontro Nacional dos Sem Terrinha, realizado em Brasília no ano de 2018, que reuniu crianças de diferentes regiões do Brasil.

I Encontro Nacional dos Sem Terrinha

NOME DO EVENTO	DATA	LOCAL	LEMA
1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha	23 a 26 de julho de 2018	Brasília (DF)	Cerca de 1.200 crianças de acampamentos e assentamentos de todos os Estados do Brasil onde o MST está organizado. O I Encontro Nacional dos Sem Terrinha teve como Lema: “Sem Terrinha em Movimento: brincar, sorrir, lutar por Reforma Agrária Popular” (MST, 2018).

Fonte: (MST, 2018): Construída pela autora.



Com animação, mística, músicas e dinâmicas, os Sem Terrinha receberam apoiadores, representantes de movimentos e diferentes autoridades no ato de abertura do Encontro.

Figura 1 – Crianças no 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha



Fonte:https://mst.org.br/2018/07/25/durante-passeio-cultural-em-brasilia-sem-terrinha-entregam-manifesto-no-mec/.

A programação do Encontro incluiu brincadeiras, jogos, atividades de estudo e experiências coletivas. Houve a discussão sobre os direitos das crianças e adolescentes, a produção de alimentos saudáveis, a luta por uma Reforma Agrária Popular e a própria organização infantil nos assentamentos e acampamentos do Brasil (MST, 2018).

No estado do Paraná, já foram realizados diversos encontros estaduais das Crianças Sem Terrinha, que vêm fortalecendo a organização, a identidade e a luta das novas gerações do Movimento. Contudo, destacaremos o mais recente, o 14º Encontro Estadual das Crianças Sem Terrinha do Paraná. O evento teve como lema “Brincar, sorrir e lutar, fazendo história por Reforma Agrária Popular” e aconteceu entre os dias 23 e 25 de outubro de 2024, na chácara do Sindijus, localizada na Região Metropolitana de Curitiba, no município de Almirante Tamandaré.

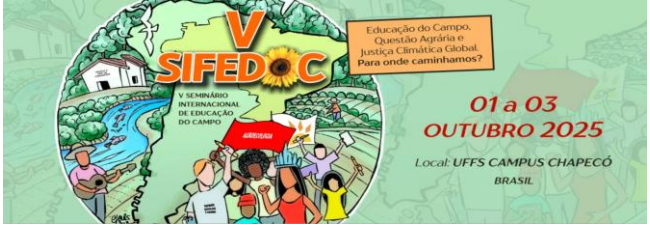


Figura 2 – Crianças no 14º Encontro Estadual das Crianças Sem Terrinha do Paraná



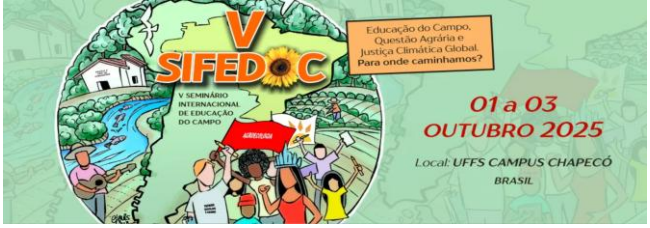
Fonte:https://mst.org.br/2024/10/31/cerca-de-450-criancas-participaram-do-14-encontro-estadual-das-criancas-sem-terrinha-no-pr/.

O encontro marcou os 40 anos do Movimento e teve como intencionalidade construir um espaço para que as crianças Sem Terrinha compartilhassem experiências, conhecessem seus direitos e fortalecessem o sentimento de pertencimento no que se refere à luta pela reforma agrária (MST, 2024).

Esse processo, segundo Arroyo (2003), evidencia que a classe trabalhadora se forma enquanto sujeito coletivo através dos MSP. É na luta conjunta pela conquista de direitos que se constrói uma identidade coletiva, superando o individualismo e assumindo um caráter educativo e transformador.

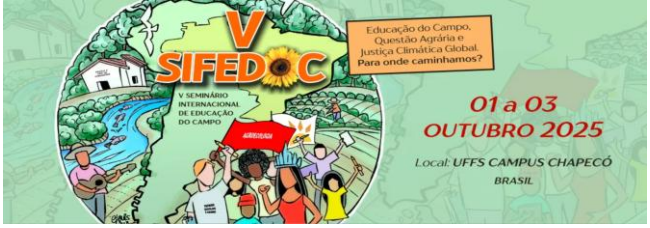
Conclusão

Este levantamento mostrou que as crianças Sem Terrinha são uma expressão viva da força educativa do MST. Ao longo de sua trajetória, o Movimento tem reafirmado a luta pela educação como parte fundamental da luta pela reforma agrária, reconhecendo que as famílias acampadas e assentadas desejam que seus filhos tenham acesso à escola no próprio local onde vivem.



A luta por esses direitos, sejam eles escolas, reforma agrária, moradia, alimentação ou infraestrutura nos acampamentos e assentamentos, possui um caráter educativo. Assim, as crianças Sem Terrinha, ao lutarem por escolas e por uma educação de qualidade, que lhes permita estudar onde vivem, estão também se formando como sujeitos conscientes e críticos.

Desse modo, compreender o formativo de ser um Sem Terrinha é olhar para as crianças do Movimento e reconhecê-las como sujeitos que se constroem em um processo coletivo, histórico e educativo.



Referências bibliográficas

ARROYO, Miguel G. **Pedagogias em movimento –** o que temos a aprender dos movimentos sociais? Currículo sem Fronteiras, v. 3, n. 1, p. 28- 49, Jan/Jun 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação.** 49ª reimpre. da 9 ed. de 1981. São Paulo: Brasiliense, 2007.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 4 edições. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do campo:** notas para uma análise de percurso. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun.2009.

KOLLING, Edgar Jorge; VARGAS, Maria Cristina; CALDART, Roseli Salete**. MST e Educação** In: CALDART, Roseli S.; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org). **Dicionário de Educação do Campo.** Rio de Janeiro. São Paulo: EPSJV. Expressão Popular, 2012.

MST: **Dossiê MST Escola**: Documentos e estudos 1990-2001. Caderno de Educação nº 13. Veranópolis, RS: ITERRA, 2005.

MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). **Sem Terrinha em movimento cultivando a educação**. Disponível em https://mst.org.br/2018/07/24/brincar-sorrir-e-lutar-sem-terrinha-iniciam-encontro-nacional-em-brasilia/ Acesso em: 10 jul. 2025.

MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). **Cerca de 450 crianças participaram do 14° Encontro Estadual das Crianças Sem Terrinha no PR**. Disponível em https://mst.org.br/2024/10/31/cerca-de-450-criancas-participaram-do-14-encontro-estadual-das-criancas-sem-terrinha-no-pr/ Acesso em: 11 jul. 2025.

RAMOS, Márcia Mara; Aquino, Ligia Leão de. **As crianças sem terrinha e as mobilizações infantis no Brasil.** Praxis & Saber - Vol. 10. Núm. 23 - Mayo - Agosto 2019 - Pág. 157-176.

VIEIRA, Marle Aparecida Fideles de Oliveira; CÔCO Valdete. **Desafios impostos ao trabalho com as crianças Sem Terrinha no contexto da Educação Infantil do Campo.** Educar em Revista, Curitiba, v. 40, e88346, 2024.